

A IDADE DO BRONZE EM PORTUGAL

discursos de poder

Secretaria de Estado da Cultura



 MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Exposição

Comissariado Científico
Susana Oliveira Jorge

Comissariado Executivo

Francisco Alves, Director do Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos
Isabel Silva, Directora do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Rui Parreira, Direcção Regional de Évora do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
Virgílio Hipólito Correia, Museu Monográfico de Conímbriga

Assessoria Técnica

Museu Nacional de Arqueologia do Dr. Leite de Vasconcelos
Museu Monográfico de Conímbriga
Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Instituto Português de Museus:
Ana de Castro Henriques
Manuel Beirão Oleiro
Maria de Jesus Monge
Fernando Mota Carneiro
Constança Calado

Arquitectura

João Vieira Caldas
Carlos Severo

Maquetes

ARESTA, Design Serigrafia

Montagem

Coordenação
Maria José Albuquerque

Luís Filipe Antunes
Margarida Cunha
Rui Pedro
Helder de Sousa
Maria Luísa Sousa

Luminotecnia

Rui Silva Santos

Empreitada

Armando Fernandes,
Construção Civil, Lda.

Inventário e Gestão de Coleções

Coordenação
Maria José Albuquerque

Luís Filipe Antunes
Margarida Cunha
Rui Pedro
Maria Luísa Sousa

Restauro e Limpeza de Peças

Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa
Museu Monográfico de Conímbriga

Departamento de Arqueologia do IPPAR

Moisés Costa Campos
Margarida Santos
Maria Antónia Gonzalez Tinturé

Catálogo

Coordenação de Texto
Isabel Silva

Textos

Barbara Armbruster
José Morais Arnaud
Ana Margarida Arruda
António Martinho Baptista
Ana Maria S. Bettencourt
João Luís Cardoso
Domingos J. Cruz
Ana Maria Leite da Cunha
Teresa Judice Gamito
Mário Varela Gomes
Susana Oliveira Jorge
Vitor Oliveira Jorge
Philine Kalb
Michael Kunst
Miguel Lago
Jorge Oliveira
Rui Parreira
Maria de Jesus Sanches
Paula Mota Santos
João Carlos Senna-Martinez
António Manuel S. P. Silva
Carlos Tavares da Silva
Eduardo Jorge Lopes da Silva
Fernando A. Pereira da Silva
Joaquina Soares
António C. Valera
Raquel Vilaça

Fotografia

Arquivo Nacional de Fotografia

Coordenação

Vitória Mesquita
José Pessoa

Colaboração

Emília Tavares
Alexandra Ribeiro

Fotógrafo

José Pessoa

Assistido por

Luísa Oliveira
Sofia Ferrão
Luís Piorro
Alexandra Pessoa
Sofia Torrado
Alexandra Ribeiro
Élia Marques

Desenho

Artur Santos Leite
Vitor Oliveira Jorge

Coordenação de Edição

Isabel Cordeiro
Isabel Silva
Maria Amélia Fernandes

Design Gráfico

Luís Carrôlo

Colaboração

Cristina Pacheco

Pré-impressão

Dimencor

Impressão

Tipografia Peres

© Instituto Português de Museus
Museu Nacional de Arqueologia

1ª Edição, 1995, 1000 exemplares

ISBN-972-8137-19-2

Depósito Legal nº 87.228/95

Índice

Parte I Introdução 15

Introdução 16

SUSANA OLIVEIRA JORGE

Parte II Catálogo 21

A Estátua-Menir Feminina da Ermida 27

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Alabardas de Tipo Carrapatas 29

MARIA DE JESUS SANCHES

Ocupação Campaniforme do Povoado de Montes Claros 35

JOÃO LUÍS CARDOSO

Castelo Velho no Contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal 37

SUSANA OLIVEIRA JORGE

O Povoado de S. Julião (Vila Verde-Braga) 40

ANA M. S. BETTENCOURT

Coroa do Frade: Uma Fortificação do Bronze Final dos Arredores de Évora 43

JOSÉ MORAIS ARNAUD

O Povoado da Moreirinha 46

RAQUEL VILAÇA

O Povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda 48

JOÃO LUÍS CARDOSO

O Buraco da Moura de S. Romão 50

JOÃO CARLOS DE SENNA-MARTINEZ e ANTÓNIO C. VALERA

A Estação Arqueológica de Monte do Frade 55

RAQUEL VILAÇA

O Povoado dos Alegrios 57

RAQUEL VILAÇA

O Povoado da Santinha (Amares-Braga) 60

ANA M.S. BETTENCOURT

O Povoado do Cabeço do Castro de S. Romão 61

JOÃO CARLOS DE SENNA-MARTINEZ

O Povoado de Nossa Senhora da Guia, Baiões 68

PHILINE KALB

Os Braceletes do Tipo Villena / Estremoz na Ourivesaria do Bronze Final da Península Ibérica 70

BARBARA ARMBRUSTER

Mamoia 1 de Chã do Carvalho 76

DOMINGOS J. CRUZ

Alcaria, Um Complexo Tipo Atalaia 79

MIGUEL LAGO

A Necrópole da Ferradeira 80

RUI PARREIRA

A Necrópole de Corte Cabreira 82

TERESA J. GAMITO

Fonte da Malga 87

PHILINE KALB

As Cerâmicas de Ornatos Brunidos da Lapa do Forno 88

JOÃO LUÍS CARDOSO

Alpiarça 90

PHILINE KALB

A Sepultura da Roça do Casal do Meio 94

MÁRIO VARELA GOMES

As Gravuras Ruprestres do Monte da Laje (Valença) 96

ANA MARIA L. DA CUNHA e EDUARDO J. L. DA SILVA

O Santuário Rupreste da Bouça do Colado 97

ANTÓNIO M. BAPTISTA

A Estela Decorada da Tapada da Moita 100

JORGE OLIVEIRA

O Tesouro de Baiões 101

PHILINE KALB

O Colar de Sintra 103

BARBARA ARMBRUSTER

O Bracelete de Cantonha, Guimarães 104

BARBARA ARMBRUSTER

Parte III Sínteses Regionais 109

Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal 110

ANA M. S. BETTENCOURT

O Povoado da Lavra, Serra da Aboboreira 116

MARIA DE JESUS SANCHES

O Povoado do Alto de Stª Ana, Chaves 117

PAULA MOTA SANTOS

Entre Atlântico e Mediterrâneo: Algumas Reflexões Sobre o Grupo Baiões / Santa Luzia e o Desenvolvimento do Bronze Final Peninsular 118

JOÃO CARLOS DE SENNA-MARTINEZ

O Povoado de S. Julião (Branca, Albergaria - a - Velha, Aveiro) 123

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA e FERNANDO A. PEREIRA DA SILVA

A Idade do Bronze na Estremadura 124

MICHAEL KUNST

Os Povoados do Bronze Final a Norte do Estuário do Tejo 126

JOÃO LUÍS CARDOSO

A Idade do Bronze na Beira Baixa 127

RAQUEL VILAÇA

As Estelas Funerárias da Idade do Bronze Final, no Centro e Sul de Portugal 130

MÁRIO VARELA GOMES

Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior 131

RUI PARREIRA

As Denominadas "Estelas Alentejanas" 135

MÁRIO VARELA GOMES

O Alentejo Litoral no Contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular 136

JOAQUINA SOARES e CARLOS TAVARES DA SILVA

A Idade do Bronze no Algarve 140

MÁRIO VARELA GOMES

Índice de Sítios de Proveniência de Espólio 145

Bibliografia 147

O Alentejo Litoral no Contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular

JOAQUINA SOARES
CARLOS TAVARES DA SILVA

Os trabalhos arqueológicos que realizámos no Alentejo Litoral, em sítios da Idade do Bronze, foram enquadrados pelo paradigma do “Bronze do Sudoeste” formulado por Schubart (1975). A “cultura” do Bronze do Sudoeste, tal como foi definida por aquele autor, permitiu conferir coerência e distinguir, da então bem individualizada “cultura” de El Argar, uma realidade arqueológica parcialmente coetânea, muito fragmentária e mal conhecida, dispersa pelas províncias do Alentejo, Algarve e Huelva, com prolongamentos pelas de Sevilha e Badajoz. Schubart apoiou-se em informação de carácter funerário, utilizando critérios tipológicos para a distinção de duas fases de desenvolvimento cultural (Bronze I do Sudoeste, de 1500 a 1100 a.C. e Bronze II do Sudoeste, de 1100 a 800/700 a.C.) que, no seu conjunto, abrangiam a quase totalidade da Idade do Bronze na região. A fase mais antiga articulava-se com um Epicalcolítico, sem cerâmicas campaniformes – “Horizonte de Ferradeira”. A fase mais recente podia, pelo menos em parte do Sudoeste, atingir o período orientalizante, de influência fenícia. O Bronze Final ou não estava representado ou correspondia a um curto lapso de tempo marcado por ruptura cultural com as pré-existências. Foram sobretudo as datações radiométricas recentemente obtidas, embora com alguma parcimónia, para jazidas da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular, que contribuíram para a perda de eficiência do modelo de Schubart.

O objectivo deste texto é, face à nossa experiência de campo no Alentejo Litoral e a novos e importantes contributos de diversos autores, propor, de forma sumária, novas “arrumações” da informação e distintas leituras de feição económico-social, direccionadas pela sentida necessidade da criação de um novo paradigma para a Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular.

A crise do modo de produção calcolítico e a emergência das formações sociais da Idade do Bronze no sudoeste peninsular

O Calcolítico do Sudoeste integra um modo de produção cujas contradições internas levaram ao seu colapso nos finais do III milénio a.C.. As forças produtivas inerentes a esse modo de produção ter-se-ão desenvolvido no quadro da “revolução dos produtos secundários”. Esta, ocorrida a partir do Neolítico Final, conduziu ao domínio de uma nova fonte energética (força de tracção do gado bovino) aplicada à

agricultura, permitindo a exploração dos solos de maior fertilidade, mais pesados e difíceis de trabalhar. O processo de intensificação económica daí resultante terá desencadeado importantes acréscimos no volume da produção e na produtividade, os quais criaram, por sua vez, condições favoráveis ao crescimento demográfico, ao incremento da sedentarização, à segmentação dos territórios e à desigualdade entre comunidades, com ausência de poder centralizado. Aqui residem alguns dos principais factores que, interagindo, terão contribuído indirectamente, a longo prazo, para o esgotamento do modelo económico calcolítico. Com efeito, a necessidade de manter a fertilidade do solo em contexto de grande segmentação dos territórios (escassez progressiva de reservas de solo arável)¹ teria representado uma das mais flagrantes contradições do modo de produção calcolítico e, ao mesmo tempo, uma das causas da desigualdade e competição entre os diferentes grupos que, num cenário de ausência de poder centralizado, estiveram na origem de intensa conflitualidade. Esta constituiu um dos traços mais marcantes das formações económico-sociais calcolíticas do Centro e Sul de Portugal, tendo contribuído decisivamente para o seu declínio. A escala predominantemente localista da organização económico-social calcolítica mostrou-se, pois, ineficiente no final do período, não só no que concerne às actividades primárias, de subsistência, mas também no que respeita à metalurgia: a especialização artesanal “imperfeita” e a limitação da procura decorrente de um sistema económico excessivamente compartimentado bloqueavam o desenvolvimento daquela actividade que consideramos motora, atendendo à sua capacidade de indução de alterações estruturais na esfera produtiva e social.

A resolução dessas contradições ou, por outras palavras, a remoção dos obstáculos que se opunham ao desenvolvimento das forças produtivas viria a ocorrer através da emergência de um poder centralizador com funções redistribuidoras e capacidade de organizar a exploração económica de amplos territórios bem como de estruturar redes de trocas de grande amplitude. Nos finais do III milénio a.C. a crise é profunda. Nela se forjará um novo modo de produção expresso através das formações económico-sociais do período que convencionámos designar por Idade do Bronze.

Os primeiros indícios de ruptura do modelo económico-social calcolítico podem observar-se através da alteração das estratégias de povoamento, com multiplicação dos povoados sem defesas naturais, diversificação dos tipos de implantação topográfica, deslocalização dos habitats. No Alentejo Litoral, esses aspectos são patentes através, por um lado, do abandono do povoado de altura do Calcolítico Pleno de Monte Novo (Sines) e, por outro, da fundação de um povoado aberto e de curta duração em Vale Vistoso (Porto Covo) com cerâmica campaniforme exclusivamente incisa.

Na esfera do ritual funerário, a crescente preferência pelo enterramento indivi-

dual, bem representada através das sepulturas com cerâmica campaniforme incisa que reutilizaram a câmara do dolmen da Pedra Branca (Melides), constitui outro indício, existente no Alentejo Litoral, da emergência de novas formas de organização social. Estas manifestam-se ainda ao nível da cultura material, pela standardização de itens de grande circulação, alguns deles patentes nas referidas sepulturas, como o vaso campaniforme, a ponta de seta tipo Palmela, o punhal de lingueta e o braçal de arqueiro.

Vale Vistoso, no litoral alentejano, representa o ponto mais meridional do País onde surge cerâmica campaniforme. Para Sul, manifesta-se o chamado “Horizonte de Ferradeira” (Schubart, 1971) que parece ter sido, pelo menos parcialmente, contemporâneo das fases tardias do Horizonte Campaniforme (grupo inciso, designadamente).

As características do “Horizonte de Ferradeira” colocam-no igualmente na fase crítica, de desarticulação, do modo de produção calcolítico e de reelaboração de novo sistema económico-social, na passagem do III para o II milénios a.C.. Esse horizonte, tal como o grupo inciso do Horizonte Campaniforme deverão integrar o Bronze Antigo do Sudoeste, datável de 2200/2100-1900/1800 a.C., com base nas datações ¹⁴C obtidas para o Calcolítico Final, por um lado, e para o início do Bronze Médio (estrato XIV de Mesa de Setefilla, Herdade do Pomar), por outro.

O “Horizonte de Ferradeira” está representado no Alentejo Litoral pelas sepulturas individuais e cistóides de Vila Nova de Mil Fontes e de Odemira (Schubart, 1975). A sepultura do primeiro local forneceu uma ponta de seta, em cobre, tipo Palmela, e a de Odemira, uma ponta de seta tipo Palmela e um machado plano de cobre. O ritual de enterramento individual substituiu definitivamente o colectivo. As sepulturas, de planta rectangular ou oval, são, regra geral, constituídas por mais de quatro esteios; muitas delas, pelo seu comprimento, estavam aptas a receber inumações de corpo estendido; têm fornecido espólio metálico (cobre arsenical) de tipologia igualmente presente na fase campaniforme incisa (pontas de seta tipo Palmela e punhais de lingueta), cerâmicas lisas cujos perfis se aproximam dos campaniformes, botões de osso com perfurações em V e braçais de arqueiro. Assim, parecem salientar-se, das escassas evidências arqueológicas disponíveis, figuras de guerreiros socialmente prestigiadas. Estes arqueiros que, por hipótese, terão acumulado funções de chefia, podem ter desempenhado papel de relevo em conjuntura de grande mobilidade e desarticulação social próprias de situação de crise, assegurando o funcionamento de redes de alianças supra-locais (atenda-se à vasta difusão dos itens metálicos atrás referidos).

A fraca visibilidade arqueológica do Bronze Antigo e o ambiente social de relativa desconexão sugerido são, pois, interpretados como o resultado da desagregação das comunidades locais, necessária à actuação de

mecanismos de integração a escalas regionais, lógica que irá acentuar-se nas fases seguintes da Idade do Bronze.

Bronze Médio do Sudoeste, vertente ascendente de novo ciclo de desenvolvimento

Progressivamente, após a crise do Bronze Antigo, vão-se fixando os contornos de um novo modo de produção que atinge o seu estado de maturidade no Bronze Final. Entre os dois extremos do processo (de 1900/1800 a 1200 a.C.), na vertente ascendente desse novo ciclo de desenvolvimento, localiza-se um Bronze Médio (Bronze do Sudoeste de Schubart) em que se podem observar dois ritmos de transformação sócio-cultural bem diferenciados. Uma fase inicial, de desenvolvimento lento (Bronze Médio I) que poderá corresponder ao Bronze I do Sudoeste de Schubart, e uma segunda fase, Bronze Médio II, que fazemos coincidir com o Bronze II do Sudoeste do mesmo autor, e em que as transformações são mais rápidas, ocorrendo significativas inovações no que concerne à cultura material (vasos inspirados em modelos metálicos) e que reflectem a crescente complexidade social (“estelas alentejanas”). Este corte diacrónico permitido pela base empírica disponível, é obviamente genérico e esquemático. Basta comparar a realidade arqueológica alentejana com a da região de Huelva, para nos apercebermos da existência de variações espaciais importantes na área de dispersão dos elementos da chamada “Cultura do Bronze do Sudoeste”. A problemática das fácies sub-regionais não será aqui tratada. Daremos preferência às comunicações do processo e exemplificá-las-emos, sempre que possível, com o registo arqueológico do Alentejo Litoral.

A primeira fase (Bronze Médio I) poderá ser datada de 1900/1800 a 1600/1500 a.C. e a segunda (Bronze Médio II), de 1600/1500 a 1200 a.C..

O quadro I requer dois breves comentários no que respeita às datações da Herdade do Pomar e de Belmeque. A datação obtida para uma sepultura de tipo cista, da Herdade do Pomar, oferece uma cronologia que se enquadra bem no Bronze Médio I tal como o recipiente cerâmico sub-cilíndrico e de base plana atribuído à mesma sepultura; já a taça carenada afim do tipo Odivelas, que trabalhadores locais indicaram ter sido encontrada também na sepultura, destoa do contexto (Gomes e Monteiro, 1976-77).

A datação obtida para uma das duas inumações de Belmeque está de acordo com a tipologia do recipiente cerâmico que fazia parte do espólio funerário. Porém, os elementos metálicos do mesmo espólio registam a presença de bronze, liga que até aqui era conhecida no Sudoeste somente no Bronze Final (Soares, 1994). A datação de ambas as inumações talvez possa contribuir para esclarecer as questões em aberto.

No Alentejo Litoral, o Bronze Médio é conhecido sobretudo na sua fase evolucionada. As sepulturas mais antigas da necrópole da Provença talvez remontem ao Bronze Médio I (sepulturas de orientação N-S, com espólio cerâmico mais arcaico; destaque para o vaso piriforme da sep.22). Esta necrópole desenvolve-se, porém, durante o Bronze Médio II. É constituída por pequenas cistas inseridas em recintos tumulares de planta rectangular que, por um lado, criam uma rede de relações integradora das sepulturas individuais, cujo sentido nos escapa, e, por outro, sublinham cada sepultura, enquanto suporte do respectivo tumulus. Não é certamente acidental o facto do recinto da sepultura mais antiga, do "fundador" da necrópole, possuir grandes dimensões que lhe conferiam, assim, maior monumentalidade.

A necrópole de Casas Velhas (Melides) não apresenta recintos tumulares. Este cemitério parece pertencer à fase I do Bronze Médio. Acrescentando a informação fornecida pela necrópole da Vinha do Casão (Gomes et al., 1986), poder-se-ia colocar a hipótese de, no Sul de Portugal, algumas necrópoles do Bronze Médio I, reflectindo uma certa desarticulação social (Barcelo, 1991: 19), não se apresentarem estruturadas por recintos. Nesta perspectiva, como explicar a arquitectura da necrópole de Atalaia? Recorrer à ideia de desenvolvimento sócio-económico com ritmos regionalmente diferenciados? E como explicar o facto de em núcleos

sepulcrais de diferentes épocas (Monumento II do Pessegueiro e Alfarrobeira), mas organizados em recintos tumulares, ocorrerem sepulturas periféricas não integradas em recintos?²

Com base na arquitectura das necrópoles do Bronze Médio de Sines (Provença, Quitéria e Pessegueiro) considerámos (1981) a existência de uma fácies regional: o grupo de Sines, cuja distribuição se constata ser bem mais vasta: necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines).

No que concerne à orientação das sepulturas, os factores regionais ou o estatuto social poderão ser mais significativos que os cronológicos. Por enquanto é impossível encontrar comportamentos bem padronizados.

O ritual funerário parece ser a principal comunalidade do Bronze Médio do Sudoeste peninsular, e também o aspecto mais conservador. Caracteriza-se por inumações individuais geralmente não cobertas por terra, em posição contraída e quase sempre em decúbito lateral, depositadas em fossas ou cistas de pequenas dimensões³, com tampas tendencialmente monolíticas e, regra geral, agrupadas em cemitérios. Em alguns casos, registam-se reutilizações de sepulturas (monumento II de Pessegueiro, necrópoles da Quitéria e da Vinha do Casão). Raras sepulturas, como a de Belmeque ou a de Mesa de Setefilla onde as influências da "cultura" de El Argar parecem evidentes, afastam-se do padrão referido.

A distribuição do espólio revela diferenças de estatuto, quer de carácter etário, quer quanto ao género: de um modo geral, as inumações de crianças não são acompanhadas de espólio e as femininas não recebem objectos metálicos (García Sanjuan, 1993). Possíveis diferenciações na hierarquia social podem ser lidas em algumas sepulturas com espólios considerados ricos e /ou nas assinaladas por "estelas alentejanas". No primeiro caso, e a título de exemplo, podemos referir a sepultura 12 da Provença (Sines), cujo espólio é constituído por taça de carena muito baixa, vaso de colo estrangulado decorado por nervuras verticais, punhal, de rebites, em cobre, contas em mineral verde e espiralada em ouro. Também em contextos do Bronze Médio I se destacam sepulturas pela riqueza dos seus espólios. Assim, uma das sepulturas da necrópole do Monte de Vale de Carvalho (Alcácer do Sal) forneceu um recipiente cerâmico associado a um punhal de rebites e a um furador, de cobre arsenical, e a um botão de pedra polida interpretado como remate da empunhadura de punhal (Arruda et al., 1980); a inumação nº2 de Mesa de Setefilla (Sevilha) era acompanhada de punhal de rebites em cobre arsenical e de espada de lâmina estreita e longa com placa de encabamento quadrangular, dotada de rebites, também em cobre arsenical (Aubert et al., 1981:66).

A sobrevalorização de algumas sepulturas através da adição de "estelas alentejanas" foi recentemente confirmada na sepultura

na nº2 da necrópole de Alfarrobeira (sub-tipo com representação exclusiva de ancoriforme - Gomes, 1994).

Paulatinamente, o conhecimento do Bronze Médio do Sudoeste tem vindo a enriquecer-se com informação proveniente de espaços domésticos os quais, regra geral, estabelecem fortes relações de proximidade física com as necrópoles. Esta proximidade, no Alentejo Litoral, é reforçada pela utilização, talvez simbólica, de terra proveniente do povoado (contendo naturalmente materiais de carácter doméstico), na construção dos *tumuli*.

Quando, na década de 70, realizámos escavações em extensão nas necrópoles da Quitéria e Pessegueiro foram identificados, pela primeira vez, povoados correlacionáveis com as necrópoles de cistas do Bronze do Sudoeste. Mais tarde, viríamos a localizar o povoado correspondente ao cemitério da Provença, com idêntico padrão locativo. São povoados abertos, sem condições naturais ou artificiais de defesa, situados nas proximidades das necrópoles, por vezes rodeados pelos núcleos sepulcrais, como no caso do Pessegueiro. Possuíam cabanas de planta rectangular (ca 6m.x5m.), cujas paredes, de materiais ligeiros, apresentavam, ainda que raramente, a base reforçada por elementos pétreos; os pavimentos podiam ser lajeados; aslareiras, de planta circular, eram sobreelevadas e limitadas por pequenos esteios. Estes povoados desenvolveram economias agro-pecuárias onde a pesca esteve presente, pelo menos no caso do Pessegueiro, bem como todo um conjunto de actividades artesanais, com destaque para a tecelagem e fundição do cobre. Os inventários cerâmicos mostram uma diversidade tipológica consideravelmente superior aos da cerâmica funerária; de sublinhar a importante presença de vasos de grandes dimensões, certamente destinados ao armazenamento.

Também em Chichina (Sevilla) foi localizado o povoado a curta distância da necrópole. O habitat correspondente à necrópole de Casta Òuelo (Huelva) situava-se, igualmente, na proximidade desta. As condições pouco favoráveis em que decorreu a escavação e o facto da camada arqueológica se encontrar muito perturbada (Castañuelo II) não permitiram a Mariano del Amo (1974: 166-168, Lám 174) perceber que estava perante uma área habitacional contígua à necrópole, mesmo tendo admitido a presença de recipientes de tão grandes dimensões que não poderiam ter sido incluídos nas cistas. Os perfis cerâmicos mostram nítidas afinidades com os dos povoados da região de Sines.

Posteriormente a estas descobertas, viriam a ser identificados, no Sudoeste peninsular, povoados de altura e por vezes fortificados, como Trastejón e Mesa de Setefilla. O povoado de Trastejón (Serra de Aracena - Huelva) ocupa uma elevação com boas condições naturais de defesa, controlando o acesso ao vale da Ribª de Huelva. As áreas de assentamento foram regularizadas e ampliadas artificialmente pela construção de estruturas a que os escavado-

Quadro I - Datações 14C do Bronze Médio do Sudoeste

Bronze Médio I	Amostra	Anos BP	Anos Bp-lap*	Cal AC. (2 sigma)	Pontos de intersecção da curva
Mesa de Setefilla (Estrato XIV)	Carvão	3520± 95		2129 - 1612	1875,1800 1785 cal AC.
Mesa de Setefilla (Estrato XIII)	Carvão	3470± 95		2027 - 1522	1748 cal AC.
Herdade do Pomar (ICEN - 87)	Ossos humanos	3510± 45		1938 - 1688	
Bronze Médio II					
Sepultura de Belmeque (ICEN - 142)	Ossos humanos	3230± 60		1630 - 1400	1510 cal AC.
Sepultura 16 do Mon. II do Pessegueiro (1ª inumação) (ICEN - 867)	Ossos humanos	3270± 45		1679 - 1442	1526 cal AC.
Acampamento da Praia da Oliveirinha (ICEN - 727)	Conchas marinhas	3460± 50	3100± 60	1510 - 1224	1406 cal AC.

*lap (380 ± 30 anos) - Idade aparente, correspondente ao efeito de reservatório oceânico na costa portuguesa (Soares, 1989). A calibração das datas de Setefilla foi gentilmente realizada pelo Eng. A. M. Monge Soares a quem agradecemos. Foi utilizada a curva de Pearson e Stuiver (1993).

res não atribuem funções propriamente defensivas (Hurtado Perez e Garcia Sanjuan, 1993). A partir de datações 14C, as duas fases de ocupação do povoado foram datadas, respectivamente, de 1600 a 1200 a.C. (Bronze Médio) e de 1200 a 800 a.C. (Bronze Final). A ausência de rupturas na transição Bronze Médio - Bronze Final permite colocar a hipótese de a fundação de pelo menos alguns dos grandes povoados fortificados do Sul de Portugal, genericamente considerados do Bronze Final, remontarem ao Bronze Médio.

Na primeira fase de ocupação, culturalmente atribuível ao Bronze Médio II do Sudoeste, Trastejón revela, desde logo, uma organização funcional do espaço intra-habitat, com áreas dedicadas ao armazenamento (*Hordeum sativum*, *Triticum aestivum/compactum*, *T.durum* ou *turgidum*) e à tecelagem. As habitações seriam de planta ovalada, algumas de grandes dimensões. Possuíam paredes de materiais ligeiros (presença de argila de revestimento com impressões de ramagens), assentes sobre embasamentos constituídos por elementos pétreos verticais organizados em duas fiadas.

A actividade agro-pecuária, possivelmente desequilibrada a favor da pastorícia (atendendo às condições ambientais e aos recursos da área envolvente do povoado), seria complementada pela metalurgia do cobre.

O povoado de altura de Mesa de Setefilla (Sevilla), revelando embora fortes influências de El Argar, poderá ser incluído no Bronze do Sudoeste. São evidentes as semelhanças existentes entre a sua cultura material e a das necrópoles de cistas de Huelva. O estrato XIV e a base do estrato XIII pertencem ao Bronze Médio I, datado por 14C da 1ª metade do II milénio a.C.. Este povoado foi defendido por fortificação com bastiões circulares, sendo o espaço intra-habitat edificado com estruturas de pedra e adobe. Localmente ter-se-á desenvolvido uma "sofisticada" metalurgia (Aubert et al., 1983).

Durante o Bronze Médio surgem, assim, no Sudoeste peninsular, povoados de altura, fortificados, possíveis lugares centrais onde se concentrariam, pois, funções qualificadas, a par de povoados abertos, localizados em áreas planas, onde se desenvolveriam funções banais. Formas diversificadas e complementares de exploração dos territórios têm expressão em jazidas muito especializadas economicamente, como o acampamento de mariscadores da Praia da Oliveira, em Sines, datado do Bronze Médio II, ou seja, da 2ª metade do II milénio a.C.

A problemática da organização económico-social das populações do Bronze Médio do Sudoeste tem vindo a ser equacionada através de duas perspectivas opostas.

Os signatários já haviam proposto, a partir do estudo de necrópoles e povoados da região de Sines (Silva, C.T. e Soares, 1981), a alteração, no decurso da Idade do Bronze, das estruturas sociais anteriores, basicamente igualitárias ou pouco hierarquizadas, e a emergência de personagens de estatuto social superior conforme fazia supor a maior riqueza do espólio

de algumas sepulturas. Interpretavam a implantação e arquitectura dos habitats abertos, então escavados, como reflexo da emergência de um poder centralizado que dominaria um determinado território, respondendo pela sua defesa. Os povoados da região de Sines deveriam ter, assim, a sua contrapartida em hipotéticos povoados de altura (em 1981 ainda desconhecidos), onde se supunha viver o grupo dirigente.

Anteriormente, Mário Varela Gomes e J. Pinho Monteiro (1976-77) tinham, com base no estudo das "estelas alentejanas", concluído que "as chefaturas constituem [...] o tipo de sociedade que melhor se quadra às características estético-ideológicas e arqueológicas conhecidas [para o Bronze Médio]". E explicitavam: "Estas sociedades estão baseadas na função centralizante dos chefes que têm por missão re-distribuir os bens que os vários grupos debaixo do seu controlo lhes entregam em forma de oferendas ou de dádivas. São portanto os eixos sobre os quais gira a vida económica dos conjuntos de grupos que, devido a esse mecanismo de re-distribuição, se podem entregar a fundo a actividades especializadas diferentes, pois o peculiar sistema de trocas assegura a cada um os bens que não produz. Apresentam como uma das suas características, o facto dos vários chefes de cada grupo em que se divide a chefatura se organizarem numa escala hierárquica, com base na linhagem e na proximidade consanguínea com o chefe supremo" (Gomes e Monteiro, 1976-77: 330).

Mais recentemente, M. Eugénia Aubert e colaboradores (1983: 136) propuseram, a partir das escavações da Mesa de Setefilla, a existência, no Bronze Médio, de poder centralizado.

Na mesma linha de pensamento, S. Oliveira Jorge (1990: 213) defende o aparecimento de "unidades sócio-políticas" sustentadas por uma "organização interna bastante centralizada".

L. Garcia Sanjuan (1993: 177), com base em estudo estatístico da informação recolhida nas necrópoles de Atalaia e Provença, concluiu não existirem elementos que permitam apoiar a hipótese de formações sociais com elites dirigentes coercitivas. A análise não considerou um aspecto (para já não falar no desfazamento cronológico entre os sítios seleccionados) que se nos afigura relevante: a dimensão espacial da hierarquia social. Os registos arqueológicos obtidos para Atalaia e Provença têm de ser ponderados pelo grau de integração das comunidades em estudo no todo social (relações de tipo centro-periferia). Não muito afastadas das propostas de L.Garcia Sanjuan estão os modelos económico-sociais defendidos por J. Barcelo (1991, 20) e A. Monge Soares (1993, 179). O primeiro autor considera o Bronze Médio do Sudoeste constituído por núcleos independentes, com estrutura sócio-económica heterogénea, embora integrados em um sistema complexo de relações, responsável pela aparente unidade sugerida pela cultura material; sublinha ainda o facto das diferenças não terem gerado conflito entre os grupos. A.

Monge Soares considera que entre o Calcolítico e o Bronze Final se intercala uma fase de retrocesso, "com populações dispersas, vivendo da agricultura em acampamentos temporários". O modelo social proposto pelos dois últimos autores citados seria, quanto a nós, adequado à fase de colapso do modo de produção calcolítico, durante o qual subsistem ainda manifestações epicalcolíticas, mas em contexto de crise, marcado por profundas alterações sociais e económicas.

Para o Bronze Médio do Sudoeste, e a partir da análise global do registo arqueológico, defendemos, com outros autores já referidos (Jorge, 1990; Gomes, 1994), a emergência de uma organização social de tipo chefatura, cuja complexidade se irá acentuar no decurso do Bronze Final. Os territórios seriam tendencialmente estruturados por poder centralizado detido por grupo dirigente de marcada feição guerreira. As "estelas alentejanas", características do Bronze Médio II, constituem os mais expressivos testemunhos dessa elite. O seu padrão de distribuição mostra-nos um espaço polarizado pelas áreas de maior potencialidade agrícola ("barros" de Beja) e maior riqueza mineira. Espaço que teria sido progressivamente modelado sob o efeito de relações de tipo centro-periferia⁴.

Bronze Final: formação de sociedades proto-estatais

Quando em 1978 identificámos e estudámos o povoado do Bronze Final da Cerradilha⁵ localizado em plena área da chamada "Cultura do Bronze do Sudoeste", interrogámo-nos quanto à sobrevivência da fase recente da mesma (Bronze II do Sudoeste) até aos alvares da Idade do Ferro (800/700 a.C.), proposta por Schubart. A prospecção da região viria a mostrar que a Cerradilha não era um caso isolado. Outros povoados abertos, do Bronze Final, ainda inéditos, foram identificados, parecendo indicar a ocorrência de significativo crescimento demográfico naquele período. Vestígios do Bronze Final foram igualmente detectados em um povoado de altura - nível de base de Miróbriga (Santiago do Cacém), ocupado também na Idade do Ferro e na Época Romana. A ideia de um aumento da densidade populacional na região, durante o Bronze Final, é apoiada pelos estudos polínicos realizados no norte do Alentejo Litoral (Mateus e Queiroz, 1995)⁶.

Por outro lado, a cultura material da Cerradilha mostra nítidas afinidades tipológicas com a do povoado do Bronze Médio II de Quitéria (Sines), somando-se, à matriz artefactual herdada, inovações de que importa destacar formas cerâmicas, nomeadamente taças de vincada carena média, decorações de tipo Boquique e brunidas, metalurgia do bronze (cadinhos de fundição com escória da liga metálica cobre-estanho).

Face aos dados disponíveis, parece-nos ser defensável, para o Alentejo Lito-

ral, uma continuidade no povoamento e na esfera cultural entre o Bronze Médio e o Bronze Final, ocorrendo neste último período, importantes avanços tecnológicos associados à metalurgia do bronze e ampla abertura ao exterior, responsável pelo esbatimento dos regionalismos.

A ausência de rupturas culturais na transição Bronze Médio - Bronze Final é particularmente evidente, como atrás dissemos, no povoado de altura de Trastejón (Serra de Aracena - Huelva). Na transição do Bronze Médio para o Bronze Final, a economia, basicamente agro-pecuária e com metalurgia somente de cobre arsenical e de carácter doméstico, sofre importante reorientação no sentido da especialização na actividade metalúrgica do bronze (grandes volumes de escórias e fornos de fundição). Esta é agora desenvolvida em larga escala, para um mercado supra-local. O inventário cerâmico da ocupação do Bronze Final conserva uma matriz herdada da fase anterior (Hurtado e Garcia Sanjuan, 1993).

No Sul de Portugal, conhecem-se povoados de grande extensão, fortificados, que têm fornecido materiais do Bronze Final (Parreira, 1971-75; Parreira e Soares, 1980; Soares, 1986), através de recolhas de superfície e de algumas escavações (Passo Alto, p. ex.). Localizam-se preferencialmente em áreas de grande potencialidade agrícola (barros de Beja) e em zonas com abundantes recursos mineiros. Importante factor locativo parece ter sido também a proximidade e/ou a acessibilidade ao Guadiana - via de comunicação alternativa ao perigoso caminho marítimo a norte do Cabo de S.Vicente.

Aqueles castros, com várias linhas de muralhas como o de Ratinhos (Moura), e em relação aos quais não podemos excluir a hipótese de fundação mais antiga, documentam bem a hierarquização do povoamento. Funções não banalizadas como as relacionadas com a defesa, o controlo da produção metalúrgica do bronze, a gestão das redes de troca poderiam estar concentradas nesses possíveis lugares centrais.

No extremo oposto da hierarquia do povoamento, podemos colocar povoados ou acampamentos, abertos, de débeis estruturas (cabanas totalmente construídas com materiais perecíveis, lareiras e fossas de resíduos), como o de Pontes de Marchil, cuja comunidade explorou de forma diversificada a área da Ria de Faro, desenvolvendo a par da agricultura (presença de elementos de foice em sílex) e da pecuária, uma forte componente recolectora (moluscos estuarinos).

Mesmo no quadro restrito do Alentejo Litoral, essa hierarquização pode ser lida quando comparamos o povoado da Cerradilha com o de Miróbriga. No entanto, e tal como se verificava no Bronze Médio, pesamos que esta região prossegue uma integração periférica num sistema económico cujo centro, receptor das mais-valias, parece aguardar identificação.

A existência de importante sobreproduto económico que permitiu a comple-

xidade social do Bronze Final ficou, em grande parte, a dever-se ao sucesso da produção agropecuária, associado ao aprofundamento da revolução dos produtos secundários, e à possível introdução do cultivo da vinha e da oliveira, espécies com elevadas potencialidades de intensificação produtiva. Alguns autores (Ruiz-Galvez, 1944) têm enfatizado a importância das leguminosas, em particular da espécie *Vicia faba* (documentada em Trastejón) como regeneradoras da fertilidade dos solos. Pensamos que a todos os factores referidos se deve acrescentar a nova organização do trabalho, própria de um modelo económico-social proto-estatal onde estaria aberta a possibilidade de intensificação económica pela via do investimento de força de trabalho controlada.

A componente económica mais dinâmica e com elevada capacidade de suscitar a complexidade social parece ter sido a metalurgia do bronze e as respectivas redes de trocas (matérias-primas e produtos manufacturados) que atravessaram a Europa, do Atlântico Norte ao Mediterrâneo Oriental. Esta complexidade de trocas, "Mercado Comum do Bronze" no dizer de Coffyn e Sion (1993), corresponderia, segundo os mesmos autores, ao aparecimento de poderes territoriais representados por "príncipes que dominavam a circulação dos metais". A este respeito importa ter presente o conteúdo do naufrágio de Huelva ocorrido possivelmente em torno a 900 a.C.⁷

Uma das expressões do registo arqueológico talvez mais impressionantes e sintéticas da estrutura ideológica e organização social do Bronze Final é constituída pelas estelas de tipo estremenho, cujo tipo mais antigo, encontrado na região de Cáceres-Badajoz, com escudo de chanfradura em V, lança e espada e sem representação de figura humana, pode talvez remontar ao século XII (Gomes, 1992: 115). Comportam-se como registos evocativos de guerreiros com representações de armas e de elementos de sumptuária ou manifestações da institucionalização de um poder coercitivo ao serviço de elite consumidora de objectos de luxo de elevado valor acrescentado e com forte capacidade diferenciadora no plano social (economias do supérfluo).

Também o carácter aberto das sociedades do Bronze Final que vimos referindo e a importância das trocas a longa distância se espelham nas estelas estremenhas: influências atlânticas (escudos de chanfradura em V, espadas pistiliformes); continentais (capacete de cornos); mediterrâneas (fibulas, espelhos, pentes, carros) (Coffyn, 1985; Gomes, 1992).

Finalmente, a distribuição das estelas estremenhas mostra-nos, e continuando a ter presente o mapa de dispersão das evidências arqueológicas do Bronze Médio do Sudoeste, um sensível deslocamento do polo de desenvolvimento desta vasta região para a Baixa Estremadura espanhola, área pelo menos aparentemente periférica durante o Bronze Médio do Sudoeste. As estelas mais distantes do seu centro

difusor foram encontradas em Salen (Vaucluse), em contexto funerário (incineração) datado de meados do séc. X a.C. (Coffyn e Sion, 1993: 292).

Assim, o Bronze Final do Sudoeste, de 1200/1100-700 a.C., marcado tecnologicamente pela difusão da dispendiosa metalurgia do bronze, parece assistir ao pleno desenvolvimento do modelo económico-social que se esboçava nos inícios do Bronze Médio, enformado por unidades territoriais relativamente vastas, nas quais as comunidades se integrariam através de relações do tipo centro-periferia. As diferenças económico-sociais oferecem, assim, leituras espacialmente diferenciadas: povoados de cabanas, planos e abertos, como Cerradilha e Pontes de Marchil, exportadores de mais-valias para o centro do sistema a que correspondiam povoados fortificados como Ratinhos, Mangancha, Outeiro do Circo, Coroa do Frade nos quais habitariam os grupos dirigentes. Estes poderiam interferir directamente no controlo da produção e das trocas dos produtos metálicos; teriam desenvolvido o gosto por objectos de luxo cuja circulação estimularia o intercâmbio entre regiões longínquas e alimentaria o espectáculo do exercício do poder.

O modelo proposto, francamente genérico, não contempla variações regionais; embora reúna algum consenso (Cf. p. ex. Gomes, 1992; Jorge, 1990), assenta sobre uma base empírica muito fragmentária.

Em termos diacrónicos, é possível, embora com algumas reservas, distinguir, no Bronze Final do Sul de Portugal, duas grandes fases (Gomes, 1992). A mais antiga (séc. XII-X a.C.), em que o Sudoeste peninsular seria polarizado pela Baixa Estremadura espanhola e pela circulação de influências predominantemente atlânticas e continentais, encontra-se bem representada pelo habitat de Pontes de Marchil datado de 2970 ± 50 BP (ICEN 648). A sua calibração fornece um intervalo de 1262-1115 cal AC, para 1 sigma, e um intervalo de 1377-1009 para 2 sigma. Atendendo aos pontos de intersecção da curva, parece-nos aceitável datar a jazida dos inícios do séc. XII a.C.. No Alentejo Litoral, a ocupação da Cerradilha pode assinalar esta primeira fase. Na segunda (séc. X/VIII a.C.) intensificam-se as relações com o Mediterrâneo, até ao estabelecimento das colónias fenícias do Ocidente⁸. O Sudoeste peninsular seria então polarizado por Huelva (lendário reino de Tartessos) cujo surto de desenvolvimento se terá ficado a dever à riqueza dos seus recursos mineiros (prata, cobre e ouro).

¹ Atenda-se, a título de exemplo, à localização dos povoados calcólicos, que teriam sido coetâneos, do Monte da Tumba e de Castelos do Torrão, distando entre si apenas cerca de 1Km e situados na estreita dependência de duas importantes manchas de solos de categoria A.

² Tem sido difícil explicar este aspecto da arquitectura funerária, atendendo à escassa informação disponível. Com efeito, poucas necrópoles da Idade do Bronze foram até agora escavadas em extensão.

³ Nas necrópoles de Sines as dimensões das sepulturas variam em torno dos seguintes valores: 1,20/1,00 m.x 0,55/0,50 m.x 0,60 m.

⁴ De notar que cerca de 50% das "estelas alentejanas" se concentram na área de Beja, sendo as estelas de tipo panóplia (com representações de ancoriforme, armas e outros artefactos) exclusivas da mesma área.

⁵ O habitat de Cerradilha situa-se na margem oriental da lagoa de Stº André e na foz da Ribª da Cascalheira, região com grandes potencialidades agropastoris e boa acessibilidade aos recursos marino-lagunares. Trata-se de um povoado aberto, com estruturas em materiais perecíveis (presença de argila de revestimento com impressões de ramagens) cuja economia, potencialmente diversificada, assentaria na agricultura (presença de elementos de foice, em sílex, com o característico lustre de cereal, e de elementos de mó) e na pastorícia (presença de queijeiras ou cinchos) (Silva e Soares, 1978).

⁶ Entre 2820 BP e ca. 2650 BP o impacte antrópico transforma "radicalmente os ecossistemas envolventes". Essa intervenção é dirigida para a destruição da mata de carvalhos e degradação dos urzais pré-climáticos de *Erica scoparia*, ao serviço do desenvolvimento de pastagens e de campos de cultivo que atingiriam a bordadura das zonas baixas e húmidas (solos pesados e férteis). A floresta de fundo de vale, de *Alnus* e *Salix* "particularmente desenvolvida durante o período Bronze I [Bronze Médio I] desaparece completamente nesta fase também" (Mateus e Queiroz, 1994). É possível que o pinheiro manso fosse poupado tal como o zambujeiro. Quanto a esta última espécie, os autores que temos vindo a seguir colocam a hipótese alternativa de ocorrência de cultivo "incipiente" da oliveira.

⁷ As datações 14C situam-se entre 2870 e 2800 ± 70 BP; calibradas, obtém-se o intervalo 1225-825 AC (Coffyn e Sion, 1993).

⁸ No Alentejo Litoral e Vale do Sado existem diversos sítios que ilustram os inícios da influência fenícia: quer povoados de fundação indígena, como o Castelo de Alcácer do Sal e a colina de Santa Maria em Setúbal, que estabeleceram relações comerciais com mercadores fenícios, quer sítios de fundação fenícia, como a feitoria de Abul, no vale do Sado. Esta repete modelos arquitectónicos tipicamente orientais e parece-nos uma prova irrefutável da navegação fenícia no Atlântico, em relação à qual alguns autores (Burgess, 1990) ainda manifestam dúvidas.